

COMBATE

A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

TAP: 15 MESES À PROCURA (A FUGIR?) DE SOLUÇÕES

1. AS CALÚNIAS NÃO COMPENSAM

Ao longo de 15 meses a nossa luta tem sido caluniada, quer pelos órgãos de informação, entidades governamentais e alguns partidos políticos conciliadores e traidores dos interesses dos trabalhadores. Assim temos travado uma dura luta enfrentando simultaneamente as entidades governamentais e alguns sectores da população voltados contra nós por falta de informação, e na maioria dos casos por informação vilmente caluniosa. 15 meses passaram e hoje já largos sectores da população derivado as tomadas de posição contrárias aos interesses das classes exploradas, começaram por ver a natureza de classe dos órgãos governamentais.

Fomos acusados de reaccionários, ao sabotar o regresso dos soldados da Guiné com o único fim de voltar a população contra nós e sabotar a nossa justa luta. Todas as calúnias foram engendradas em gabinetes de ministros sendo escolhido como porta-voz para envenenar a opinião pública o fascista Santos Osório.

2. A LUTA É PERSISTENTE E DURA

Durante alguns meses mantiveram os trabalhadores TAP uma dura e prolongada luta com as entidades governamentais, decidindo os trabalhadores em plano geral decidir a grande desmobilização de então aceitar por imposição governamental o quantitativo de 95 mil contos anuais para tabelas salariais. Por duas vezes foi exigido pelo ministro à Comissão Sindical a alteração da moção aprovada em plenário, referente aos 95 mil contos por a considerar injuriosa nos seus termos. Caso não fosse satisfeita esta exigência, a tabela salarial não seria levada a Conselho de Ministros para o acordo final. Consegue por fim a Comissão Sindical arranjar uma moção aceite pelo Ministério.

3. A CHANTAGEM DO NOVO "GRANDE PATRAO"

Nessa altura foi comunicado à Comissão Sindical que, a partir desse momento as negociações do ACT se fariam com a Comissão Administrativa (CA) da TAP, que teria plenos poderes para negociar. Quando se julgava o assunto resolvido, foi levantado o problema que os 95 mil contos não só eram para tabelas salariais, como também para subsídios de turno, intempérie e gastos gerais. A Comissão Sindical não aceitou esta interpretação e exigiu que a Comissão Administrativa se esclarecesse junto do Governo, já que para aquela Comissão não havia dúvidas. Perante a surpresa da Comissão Sindical o ministro deu uma interpretação totalmente inesperada que a verba se destinava a aumentos e de despesas globais.

Perante esta atitude, a Comissão Sindical dirigiu-se ao Ministério dos Transportes para ser recebida pelo sr. Ministro. Foi esta informada que o ministro não se encontrava, e que a Comissão Administrativa tinha plenos poderes para resolver o ACT TAP.

4. NOVOS ASPECTOS DA LUTA

Perante isto a Comissão Sindical convocou um plenário em 6/06/75, onde foi aprovada uma moção que determinava que na primeira reunião entre a Comissão Sindical e a Comissão Administrativa houvesse uma concentração de trabalhadores de apoio à Comissão Sindical, e que ambas as partes não abandonariam as instalações até à finalização do ACT.

Assim estiveram em reunião permanente nas instalações da TAP a Comissão Sindical e a Comissão Administrativa desde o dia 24/06/75 até ao dia 27/06/75 dia em que o plenário geral de trabalhadores decidiu alterar o carácter permanente das reuniões a fim da Comissão Administrativa poder tratar de assunto ACT directamente com o sr. 1.º Ministro com o fim de solucionar de vez o ACT.

(VER MAIS TAP NA PAGINA 7)

Novas promessas de resolver o Acordo foram feitas, mas adiadas de dia para dia em Conselho de Ministros.

Saturados de todo o tipo de promessas e de tantas alterações, que uma diferença de 25 mil contos anuais entre a nossa proposta e a proposta governamental não justifica (isto se tivémos em conta que o aumento salarial é cerca de 9% geral anual da TAP). Assim os trabalhadores da TAP reunidos hoje 4/07/75 em amplo plenário geral decidiram aprovar como forma de luta o que se transcreve na moção abaixo transcrita.

MOÇÃO

1 - Considerando que os processos de resolução do ACT foram esgotados.

2 - Considerando que para alcançar a satisfação das reivindicações dos trabalhadores, estes terão que agudizar os processos de luta.

3 - A Comissão Sindical reunida, deliberou propor como forma de luta o seguinte:

1 - Iniciar uma greve progressiva até à paralização total, excluindo os serviços necessários para manter o funcionamento normal das linhas de África, esta forma de luta visa alertar as entidades governamentais que os trabalhadores TAP continuarão a agudizar o processo até à satisfação total das suas reivindicações, com o seguinte calendário:

- 07/07/75 2.ª feira - 1 hora das 16-17 horas
- 08/07/75 3.ª feira - 1 hora das 10-11 horas
- 09/07/75 4.ª feira - 3 horas das 15-18 horas
- 10/07/75 5.ª feira - 3 horas das 10-13 horas
- 11/07/75 6.ª feira - 5 horas das 10-15 horas
- 12/07/75 Sábado - 5 horas das 21-02 horas
- 13/07/75 Domingo - 7 horas das 15-22 horas

2 - Caso as reivindicações dos trabalhadores TAP não sejam satisfeitas até 2.ª feira 14/07/75, às 08.00 horas, declaramos esta greve geral até à resolução do ACT.

3 - Que durante os períodos de paralização, para melhor coordenação de todos os trabalhos, para prestar assistência aos voos de África, se mantenham em funcionamento a Central de Telecomunicações, TAP-MATIC, ficando assegurado o serviço de telefones só para casos de urgência.

4 - Que na 2.ª feira dia 07/07/75, às 09.00 horas, se reúnam todos os Delegados Sindicais com o Secretariado de Delegados Sindicais e Comissão Sindical no edifício 28, 5.ª andar, sala 7, para elaborar escalas de piquetes por edifício ou hangar de forma a manter sempre nas instalações da TAP mil trabalhadores.

5 - Que todos os aviões TAP não descolem de qualquer aeroporto estrangeiro, desde que a hora estimada da sua aterragem, em aeroporto da área do ACT (Portugal e ilhas) se verifique durante o período de paralização.

6 - Que no fim deste plenário se termine com a forma de luta até agora em vigor.

7 - Que seja a Comissão Sindical e o Secretariado de Delegados Sindicais a coordenar toda a greve.

8 - Que esta moção seja divulgada por todos os trabalhadores da TAP, Comissão Administrativa, Órgãos de Informação, Governo Provisório e Conselho Superior da Revolução.

A COMISSÃO SINDICAL TAP

NOTA - Esta moção foi aprovada por esmagadora maioria e por aclamação.

TAP LUTA CONTINUA!
OS TRABALHADORES TAP VENCERÃO!

DISCUSSÃO NA "EMPRESA FABRIL DE MALHAS" DE COIMBRA COM OPERÁRIOS E OPERARIAS. ONDE SE FALA DO PASSADO E DO PRESENTE, DO LUCRO E DO ANTI-LUCRO - DO FUTURO A CONSTRUIR.

COMBATE - Podiam-nos fazer um resumo da vossa luta desde o momento em que ela começou?

Trab. A - Quando se deu o 25 de Abril, já andávamos a trabalhar 4 dias por semana há ano e meio feito, ia para 2 anos. Depois, em Maio, quando saiu a lei do salário mínimo de 3300\$00, no dia 27, o patrão logo no dia 29 deu a fábrica como encerrada. Os trabalhadores não aceitaram, claro. A partir dessa noite começamos logo a formar piquetes e fizemos a ocupação da fábrica - não verdadeiramente das instalações, mas fazíamos piquetes à entrada do portão. Mantínhamos o portão sempre fechado, para evitar que o patrão cá entrasse. Houve reuniões, o patrão foi chamado, mas nunca concordou em pôr a fábrica a andar. Tentei dar indemnizações, mas a sócia, D. Maria Clara, que está ao nosso lado, nunca aceitou indemnizações. Ela tentou sempre que a fábrica andasse, reabrisse. Houve um impasse, em que ele não respondia nem aparecia, e nós decidimos entrar nas instalações e vender os stocks existentes, para fazer os nossos salários, pois já ia para 4 quinzenas sem recebermos.

Como ele não apareceu, enviamos-lhe uma carta a dizer-lhe que se não aparecesse até aquela data vendíamos os stocks existentes para fazermos os nossos salários. E foi o que aconteceu. Ele não apareceu e entramos em vendas em 4 de Julho de 74, que é o que temos estado a fazer.

Os piquetes noturnos de homens mantiveram-se sempre; tivemos várias reuniões no Ministério do Trabalho, inclusive no dia 25 de Novembro, uma com os sócios e com ele também, com representantes do M. T. em Coimbra, com representantes do Sindicato e da Comissão de Trabalhadores, onde ele afirmou que vendia a cota dele, sim, mas que haviam os trabalhadores de abandonar a empresa. Ao que foi dito logo, redondamente, que isso era impossível, pelo representante do M. T., Barra Moura.

PIQUETES DE HOMENS E MULHERES

Entretanto dá-se o 11 de Março: os trabalhadores, com medo que acontecesse algum problema, passámos também a fazer piquetes de mulheres, a reforçar os piquetes dos homens. Portanto, as mulheres estão em piquetes noturnos a partir do 11 de Março.

Entretanto, mantinha-se fechado o gabinete dele e o cofre, onde se encerravam os elementos que podiam conduzir à prisão dele. No dia 8 de Maio, juntamente com a sócia, que tomou a responsabilidade, ao lado dos trabalhadores, de arrombar o cofre e o gabinete, onde foram encontrados elementos que comprovavam que ele devia ser preso, o que aconteceu no dia 15 de Maio, mantendo-se preso até à data. Os trabalhadores já foram depôr contra ele. Temos um processo contra ele, para se manter na prisão dele.

Entretanto, estávamos em vias de a fábrica arrancar. Estivemos em Lisboa - a Comissão de Trabalhadores e a sócia, que está ao nosso lado, está pronta a trabalhar para os trabalhadores num regime socialista, e estamos na expectativa que a fábrica vá arrancar.

GERÊNCIA SOB CONTROLO OPERARIO

COMBATE - Podem explicar melhor como é isso do funcionamento da fábrica com uma Comissão de Trabalhadores e uma patroa, em regime socialista?

Trab. A - Ela fica no Conselho de Gerência, mas não aceitou o Conselho de Gerência, sem que os trabalhadores fizessem o Conselho de Gerência com ela.

Da C. T., dois de nós vamos para o Conselho de Gerência, ao qual pertence também um empregado de escritório, e ainda há o delegado sindical, que vigia o conselho de gerência.

COMBATE - Este tipo de gerência tem alguma coisa a ver com cogestão?

Trab. A - Há certas coisas que eu não sei bem distinguir...

Trab. B - Bem, eu não concordo que seja cogestão. Acho que é mais fiscalização e controlo, porque os trabalhadores não vão

funcionar como gerentes do capital, mas sim como controladores das despesas, e também porque não vai funcionar em regime capitalista com distribuição de lucros, mas sim vai-se trabalhar para se garantirem os ordenados dos operários e para se criarem mais postos de trabalho. Vamos fazer vendas para garantir o ordenado dos trabalhadores e dos que venham.

Trab. A - Está mesmo sendo feito um estudo para isto arrancar, e estamos à espera que mediante esse estudo venha um empréstimo, não sabemos se do auxílio às pequenas e médias empresas, se mesmo da Secretaria da Indústria. Esse estudo está feito para um regime sem lucros, só para manter as despesas de pessoal e matérias primas, não está elaborado para lucros.

COMBATE - Em princípio, o capital da sócia deverá ter um lucro correspondente. Como resolvem este assunto?

Trab. A - Ela prescinde de todos os lucros.

Trab. B - O que talvez se fará no futuro é dar-lhe um pequeno ordenado em função do trabalho que ela prestar, mas os lucros não serão divididos, porque se efectivamente a indústria têxtil está em crise bastante grave, está-se a pensar fazer aqui uma fábrica modelo (dentro do têxtil), para arrancar, a ver se conseguimos, a partir de Coimbra e doutro qualquer local, salvar a indústria têxtil.

A indústria têxtil só se vai salvar através da reconversão, porque a indústria é em demasia para o nosso mercado. Não se conquistaram mercados estrangeiros e temos uma concorrência muito grande dos países da Ásia, que fabricam muito mais barato que nós e até talvez melhor que nós.

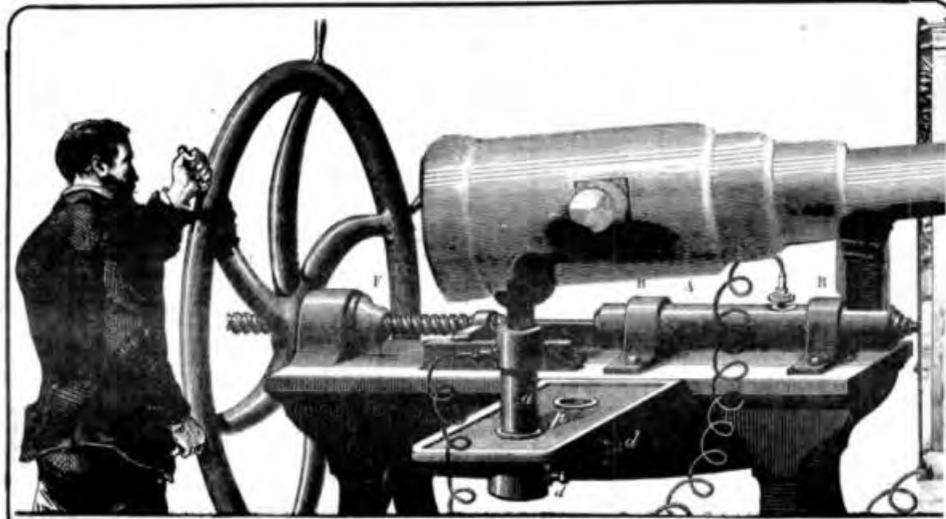
APOIOS:::

E APOIOS

COMBATE - Que apoios têm recebido à vossa luta?

Trab. A - Temos tido apoio da Intersindical, do nosso sindicato e dos representantes do M. T. em Coimbra.

Continuação pág. 5



NESTE NÚMERO: MESA-REDONDA: NACIONALIZAÇÕES OU ESTATIZAÇÕES (P. 4/6), TAP: PARA A HISTÓRIA DA LUTA (P. 7), ALCAFOZES: A HISTÓRIA DUMA OCUPAÇÃO DE TERRAS (P. 2), PRESOS POLÍTICOS E DE DIREITO COMUM (P. 8), EDITORIAL: OS CONSELHOS OPERÁRIOS (P. 3)

QUE CONSELHOS OPERÁRIOS?

EDITORIAL

O MOVIMENTO OPERÁRIO ANTES E DEPOIS DO 25 DE ABRIL

Até ao 25 de Abril, poder-se-à afirmar categoricamente, que as massas trabalhadoras em Portugal, poucas possibilidades tiveram, na luta que travaram contra o capitalismo (durante todo o período fascista), de conhecer e enfrentar as estruturas de tipo partido ou sindicato, que se rotulam representantes e defensores da classe operária.

Este aspecto é bastante significativo, na medida em que ajuda a compreender o porquê do surto de greves radicais e autónomas que a classe operária desencadeou após o 25 de Abril.

Foi justamente porque não havia estruturas organizativas tipo partido e sindicatos que canalizassem as lutas operárias para a "estabilidade da economia nacional", como é o caso mais flagrante da acção da intersindical e do PCP, após o 25 de Abril) que a radicalização da acção autónoma dos trabalhadores pode atingir proporções jamais imaginadas.

A erupção das reivindicações, que procurava minimizar antes de mais a situação de miséria em que os trabalhadores portugueses se encontravam, depressa ultrapassou esse estágio reivindicativo, para se tornar num ataque frontal contra as estruturas de base do capitalismo.

Aos objectivos de cariz revolucionário, como é o caso da luta dos trabalhadores pela atenuação do leque salarial, juntaram-se formas de organização directa e democrática — as Assembleias Gerais de Trabalhadores.

Como para a Intersindical e o PCP, o que importava antes do mais, era canalizar este movimento para objectivos reformistas, surgiu inevitavelmente a rotura. Assim, nasceu um movimento autónomo e espontâneo, que era ao mesmo tempo a expressão de uma necessidade revolucionária contra a exploração capitalista, e simultaneamente, contra as organizações que impediam esses objectivos.

As Assembleias Gerais, representaram um passo bastante importante na emancipação dos trabalhadores, porque eram a imanação directa das necessidades de todos os trabalhadores.

As Comissões de trabalhadores, eleitas nas lutas, reflectem o aparecimento do núcleo mais radical de operários. Enquanto os trabalhadores eleitos para as comissões de trabalhadores, se enquadravam e eram a expressão das necessidades das lutas nos locais de trabalho, outro movimento se alargou e radicalizou, dando origem às comissões Inter-Empresas.

COMISSÕES INTER-EMPRESAS

Pelas perspectivas que englobava, este movimento operário com bases profundamente anti-capitalistas, sentiu a necessidade de alargar-se.

A greve da TAP é o apogeu dessa necessidade.

Quando se deu a ocupação militar da TAP, os operários em greve, sentiram que as suas necessidades revolucionárias tinham que se alargar e ser resolvidas por toda a classe operária.

Como na TAP, a maior parte das greves que se desenvolviam — Lisnave, Efacec, Timex, CTT, Sogantal — representavam uma necessidade revolucionária que não se podia limitar à salvaguarda da economia nacional. O quadro de luta teve que passar do nível de uma unidade de produção, para um conjunto de unidades de produção.

As comissões inter-empresas, no princípio da sua existência, correspondiam efectivamente a estas aspirações. Mas, a partir do momento em que diversos grupos esquerdistas se infiltravam dentro dela, as manipulações que são prática corrente dessas organizações surgiram, e foi então o começo da derrota das comissões inter-empresas. Todavia, o recar da lutas naquelas empresas, com a consequente falta de objectivos concretos de ligação entre elas, e a desmobilização das bases, muito contribuiu para facilitar a acção de controlo dessas organizações políticas.

Os camaradas das comissões de trabalhadores, que nas lutas de fábrica eram a expressão radical da situação do movimento operário, começaram a ser na inter-empresas os mandatários e recrutadores das necessidades dos partidos esquerdistas a que pertenciam.

A sua acção de militantes revolucionários, a partir desse momento, passou a estar ao serviço das cúpulas que os dirigiam, e contrária aos interesses das massas trabalhadoras burocratizando-se e distanciando-se cada vez mais delas, quer colocando-se completamente ao serviço das ideologias partidárias a que pertencem, quer transformando-se, o que ainda é mais grave, em novos patrões, através das Comissões de Trabalhadores que actualmente geram a quase totalidade das fábricas ditas em auto-gestão.

As opções partidárias dentro da inter-empresas, começaram a ser a sua vivência fundamental. Porque não reflectiam em nada os interesses dos trabalhadores, começou a gerar-se uma situação de frustração e de um certo impasse.

O PRP apercebe-se dessa situação e tenta explorá-la a seu favor, com a criação dos Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros (CRTSM).

O IMPASSE DA LUTA DA CLASSE OPERÁRIA E O SIGNIFICADO DO APARECIMENTO DOS CRTSM

A frustração criada pelas lutas partidárias, levou a que uma grande parte das

massas trabalhadoras caísse num certo marasmo. Marasmo esse, que não se reflecte somente na recusa de aderir a este ou aquele partido; sobretudo, a classe operária, compreende que o "socialismo à portuguesa" só clama por sacrifícios.

O capitalismo português só pode sair da crise que actualmente atravessa, se os trabalhadores estiverem dispostos a pagar com o seu suor a reconversão da economia nacional. Em termos ideológicos populistas, o MFA e todos os seus acólitos, chamam a isso a BATALHA DA PRODUÇÃO.

O MFA, todos os partidos e sindicatos, não só se introduzem nas Comissões de Trabalhadores e Comissões de Moradores, para tentarem recuperar toda a energia espontânea que fundamentou a sua criação, como até vão ao ponto de estar de acordo com o aparecimento de estruturas radicais, para mais tarde também as tentar recuperar.

O caso dos CRTSM, é um exemplo bastante significativo, do que pode ser a manipulação por um partido e/ou de sector considerado "progressista" no MFA.

Não foi por acaso, que o PRP e o sector "progressista" do MFA, tiveram a esperança de estruturar os CRTSM, como trampolim para uma manipulação futura.

Por um lado o PRP, como partido que é, não pode viver sem recrutar operários, com vistas à conquista do aparelho de Estado — para serem eles depois os novos dirigentes e exploradores — daí a necessidade de criarem os CRTSM, como estrutura paralela para conseguirem aqueles objectivos.

O chamado sector "progressista" do MFA serve-se desses mesmos Conselhos, porque pensa que eles podem representar a estimulação produtiva da força de trabalho, com vista a sair da crise actual que o capitalismo atravessa.

E isto porquê? Porque este sector do MFA compreendeu que a inter-sindical e os partidos existentes já não têm força capaz de mobilizar as massas trabalhadoras para a BATALHA DA PRODUÇÃO, daí que tentem utilizar estas novas formas de organização capazes de uma maior representatividade e impacto junto dos trabalhadores.

Mas será que os CRTSM terão, no momento actual, impacto na classe operária?

O IMPASSE DAS LUTAS AUTONOMAS E A ALTERNATIVA REVOLUCIONÁRIA

Ante as forças em presença na actual luta de classes em Portugal, cabe aos trabalhadores escolher o caminho que esteja mais identificado com os seus interesses revolucionários.

Por um lado os trabalhadores já compreenderam que no fundo, os partidos e sindicatos só canalizam as lutas em função das suas querelas partidárias, e manipulam os interesses autónomos da classe trabalhadora.

As manifestações de 17 de Junho e 6 de Julho são exemplos significativos disso. A manifestação de 17 de Junho foi inteiramente instrumentalizada pelo PRP, enquanto das duas que se realizaram a 4 de Julho, uma — a convocada pela Siderurgia — foi-o pela UDP, e a outra — convocada pela TAP, TLP, Metro, etc — pelo MRPP. Os objectivos de todas elas, são sempre os mesmos: mobilizarem os trabalhadores em nome de objectivos ditos apartidários, para conseguirem desenvolver os seus interesses partidários. O que nos parece de salientar é que estes partidos já precisam do rótulo do apartidarismo para mobilizarem os trabalhadores. Mobilizam sim, mas para eles próprios crescerem!

O PRP salienta-se pela subtilidade das formas organizativas que criou. Não convoca só manifestações ditas apartidárias, mas começou por criar uma estrutura que se diz apartidária — os CRTSM. É com este nome que desenvolve depois toda a sua prática política.

Os CRTSM, não são órgãos nascidos directamente das necessidades sentidas na prática pelos trabalhadores em luta. Mas aparecem, no momento em que os trabalhadores começam a sentir a necessidade de criar novas formas de organização, que ultrapassem as estruturas sindicais e partidárias, e que liguem as diversas lutas de forma mais significativa. É neste momento não só de impasse do desenvolvimento das lutas autónomas dos trabalhadores, e da saturação da acção dos partidos, mas também quando as formas de organização autónomas, que desenvolvam as ligações entre as várias lutas não foram ainda encontradas pelos trabalhadores, que aparece um espaço para intervenções oportunistas.

A necessidade dos trabalhadores se organizarem autonomamente, sem serem manipulados pelas burocracias partidárias ou sindicais, subsiste.

As Assembleias gerais de base nas fábricas, bairros, hospitais, campos, etc., quer a nível local, quer regional e nacional, necessitam alargar-se e desenvolver, o que no começo as Comissões Inter-empresas representaram para a emancipação de todos os trabalhadores. Elas deverão ser eleitas democraticamente e revocáveis a todo o instante, devendo ter como função a realização prática dessas necessidades actuais, com o objectivo de no futuro derrubarem violentemente o poder de Estado.

Os trabalhadores terão que lutar contra tudo e contra todos os que personificam a perpetuação desta sociedade. É todo um mundo de exploração a abater que começa nas fábricas, hospitais, transportes, comércio e acaba no ESTADO.

Para isso os trabalhadores só podem contar com as suas próprias forças, não relegando a satisfação dos seus interesses revolucionários para os vários deuses da praça portuguesa.

CONTRA A CORRENTE
Livraria-Editora
Lisboa, Porto

A CRISE ECONOMICA ACTUAL
NA ESFERA DO CAPITALISMO AMERICANO
João Bernardo

SINDICALISMO E ACCÇÃO DIRECTA
Manuel Joaquim de Sousa
Prefácio de Emídio Santana

UM ANO, UM MES E UM DIA DEPOIS:
PARA ONDE VAI O 25 DE ABRIL?
(ECONOMIA E POLITICA DA CLASSE DOMINANTE)
João Bernardo

A QUESTÃO DA ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA:
UMA POSIÇÃO DE TRABALHADORES EMIGRANTES
Um grupo de trabalhadores portugueses

PARA UMA CRITICA DA IDEOLOGIA
ANTI-MILITARISTA
Jean Barrot

Pedidos a "Contra a corrente"
Rua do Breyner, 50 / Porto
Rua da Atalaia, 204-206 / Lisboa 2
(provisoriamente, até fim de Agosto,
escrever ainda, para Lisboa,
para Av. Santos Dumont, 48 r/c d.)



NACIONALIZAÇÕES OU ESTATIZAÇÕES?

Iniciámos no número anterior a publicação de uma mesa-redonda com o tema "NACIONALIZAÇÕES — SEU SIGNIFICADO PARA OS TRABALHADORES NO MOMENTO ACTUAL", com a participação de trabalhadores bancários, da TAP e da Sociedade Central de Cervejas (SCC).

Na 1.ª parte (já publicada) os trabalhadores das diversas empresas presentes referiram o momento em que surgiram as nacionalizações, como se concretizaram e quais as reacções dos trabalhadores na altura e posteriormente.

Estes pontos vão continuar a debater-se na parte que se segue.

COMBATE — Quería pôr o seguinte problema de ordem global: até que ponto é que as nacionalizações são um meio para desviar a atenção dos trabalhadores dos seus objectivos imediatos de luta — fim da exploração e opressão e mais ainda dos seus objectivos últimos: a destruição do Estado, fim do salário.

Até que ponto é que neste momento as nacionalizações foram levadas avante, não no sentido de uma luta reivindicativa dos trabalhadores conscientes dos seus objectivos imediatos e dos seus objectivos últimos, mas uma tentativa de transformar o capitalismo privado para o capitalismo de Estado, isto é, fazer uma mudança mais a nível dos gestores da economia que das classes dominantes.

Outro ponto que queria pôr está ligado às nacionalizações dos Bancos. Os Bancos estavam na mão da chamada burguesia financeira. Os bancos agora estão nacionalizados. Há efectivamente um destruir desta burguesia financeira, ou um pôr de lado desta burguesia financeira para o seu lugar ser ocupado por outra camada social que não é a burguesia? E ainda se os trabalhadores bancários com a nacionalização do sector conseguiram um controlo mais profundo das suas relações de trabalho?

S. C. C. — TRABALHADOR A — Falo naturalmente a título pessoal, também não sou mandatário de ninguém.

Tenho uma visão diferente da realidade portuguesa do que têm alguns dos meus camaradas aqui presentes. Penso que os trabalhadores não detêm ainda o poder político e isso para mim é perfeitamente claro. Mas também é perfeitamente claro que a burguesia não detém neste momento o poder político e está na oposição. As próprias tentativas como o 28 de Setembro e o 11 de Março significam isso — que a burguesia está na oposição. É até o facto dela estar na oposição que leva alguns membros da burguesia a sair do país, a desaparecerem, a emigrarem, a procurarem outros empregos mais bem remunerados noutros pontos do mundo. Está aqui uma situação um bocadinho ambígua — e para mim é mais complexa do que nós dizemos apenas pelo facto dos trabalhadores não terem o poder, quem o tem é a burguesia. Isto aconteceu muito poucas vezes na história dos povos, mas está acontecendo neste momento em Portugal. Há uma indefinição quanto ao poder. Esta indefinição de poder tem naturalmente a ver com esta questão das nacionalizações. Põe-se o problema de as nacionalizações ao serviço de quem, para quê?

De facto há um grande perigo de termos cair apenas num capitalismo de Estado, em substituição do capitalismo privado. Não sei se conseguiremos ultrapassar esse perigo e vencer-lo. Não sei se os trabalhadores conseguiremos de facto tomar conta do poder e controlar os meios de produção. Se o país estivesse totalmente controlado pelos partidos da coligação, a minha opinião era que, a curto prazo não haveria nada a fazer. Mas há aqui outra força no jogo que é o MFA que até agora tem permitido que as lutas dos trabalhadores se desenvolvessem e que os trabalhadores tomem as suas próprias posições. Isso pode levar a adiar uma conquista total do poder por parte das burocracias partidárias e pode ser até que permita aos trabalhadores essa tal conquista do poder.

O que parece que era essencial neste momento era dar essa perspectiva de que os trabalhadores ainda não estão no poder e que se têm de organizar para o ocupar. Parece-me que também

era muito importante dar-lhes a consciência de que esse é o único caminho. Dá-me ideia que a maior parte dos trabalhadores não tem uma consciência de classe muito nítida em relação a estes problemas e têm um bocadinho uma ideia lírica das coisas — o "nacionalizado nosso", mas que pode não ser "o nosso", mas o dos tais burocratas. Este é de momento um dos problemas mais graves dos trabalhadores portugueses.

TAP — TRABALHADOR A — Parece importante dizer que a nacionalização não se traduziu, e está à vista na realidade concreta, como um passo em frente na destruição do capitalismo liberal. Substituição, que constitui um passo em frente, mas que não se traduz no pôr os meios de produção ao serviço dos trabalhadores. É um passo político que pode ser aproveitado pelos trabalhadores como tal, mas que pode levar a uma situação de capitalismo burocratizante, que afaste ainda mais do trabalhador os órgãos de decisão e o domínio das forças de produção.

SITUAÇÃO COMPLEXA

BANCARIOS — Trabalhador A — Também a mim me parece, como disse o camarada o sector das cervejas, que a situação política em Portugal é complexa, e segue um processo com contradições constantes. Também me parece que não aconteceu ainda a tomada do poder político pelos trabalhadores, mas de modo algum também a burguesia tem o mesmo papel que tinha anteriormente, quer no regime fascista, quer nos 1.ºs tempos após o 25 de Abril. Se analisarmos o que significa a nacionalização da banca, teremos que através desta o grande capital financeiro dominava a gestão de todo o sector produtivo, não me parece portanto que se possa dizer que a grande burguesia financeira iria abdicar de poder movimentar como muito bem quisesse o capital através dos bancos e que tirasse daí vantagem imediata no controlo que fazia dos sectores produtivos. Por isso, tenho para mim que a nacionalização da banca foi um golpe no poder de mobilidade da grande burguesia financeira. Teremos no entanto que analisar os seguintes aspectos: ou a nacionalização da banca (com o grande potencial de capital financeiro que dispõe) será recuperada pela burguesia, e tendo em conta o que se passa nalguns países do ocidente lembrando-nos do caso, por exemplo, da França, onde a grande parte da banca está nacionalizada e as relações de produção não se alteraram por isso, voltaremos a uma situação que não é exactamente a mesma que temos neste momento, ou a nacionalização da banca não parece o meu camarada não terá falado nunca disso, parece-me que o governo avançou nas nacionalizações para conseguir assim que os trabalhadores travassem a sua luta reivindicativa e lançarem-nos na velha batalha da produção, isto em voga agora.

TRAVAR AS LUTAS

BANCARIOS — Trabalhador B — Relativamente à 1.ª questão levantada pelo Combate: se efectivamente as nacionalizações terão servido para manipular os trabalhadores, que segundo me parece o meu camarada não terá falado nunca disso, parece-me que o governo avançou nas nacionalizações para conseguir assim que os trabalhadores travassem a sua luta reivindicativa e lançarem-nos na velha batalha da produção, isto em voga agora.

O que me parece que se está a passar neste momento é que realmente os trabalhadores reduziram a 50% ou mais a sua produção. A situação está muito indefinida neste país e os trabalhadores quando se lhes fala em produzir não sabem para quem é que estão a produzir. Logo há necessidade absoluta de tudo isto se defina e entenda a partir daí, isso sim, os trabalhadores poderão começar a produzir. Transportando isto para o sector bancário, quanto a mim não se verifica uma grande diferença na forma como as pessoas trabalham, quer dizer, não houve mudanças nenhuma nas estruturas da banca até agora e as pessoas continuam a funcionar precisamente dentro do mesmo esquema.

Uma alteração que se verificou a nível do trabalho das comissões já existentes — das comissões sindicais — (isto na empresa onde eu trabalho: Banco do Alentejo) — é que há uma grande ligação às comissões de trabalhadores das outras empresas, como: fábricas ocupadas, livrarias, toda uma série de casas que vão ter conosco e com a comissão sindical e que nos perguntam se haverá hipóteses de nós fazermos pressão lá dentro para conseguirmos o dinheiro e para assim conseguirmos os ordenados. Fundamentalmente o problema que eles levantam, portanto, é conseguirem ao fim do mês os seus ordenados. Até agora, a Comissão Sindical tem conseguido fazer pressão na Comissão Administrativa e todos os financiamentos que as empresas ocupadas têm pedido têm sido concedidos. Esta medida poderá determinar-se como um certo controlo da nossa parte sobre a comissão administrativa. A pressão que nós conseguimos fazer sobre a comissão administrativa faz com que se obtenha esse dinheiro para os trabalhadores que estão em luta.



S. C. C. — Trabalhador A — Eu gostaria de voltar a isto, porque quando nós atacamos as nacionalizações temos que ver o outro lado da questão. Entre nacionalizar e não nacionalizar o que é melhor? O que é que pode ser melhor para os interesses dos trabalhadores? Parece-me que de facto o que pode pôr o capital em debandada é mesmo a nacionalização. Parece-me, portanto, que elas foram úteis. Mas isto é ver as nacionalizações como um meio e não como um fim. Isto é que é essencial: as nacionalizações podem ser úteis se os trabalhadores realmente resolverem avançar nas suas lutas em vez de serem embalados e ficarem adormecidos e deixarem que o poder se escape para as mãos de outros, o que até poderia levar a que a burguesia a pravo recuperasse as posições perdidas, depois dos trabalhadores terem pago as contas da crise económica em que nós estamos. Isto parece-me, de facto, fundamental. As nacionalizações podem ser recuperadas, o sistema económico pode ser reconstruído, fazendo com que os trabalhadores paguem a conta para as empresas nacionalizadas voltarem às mãos dos capitulistas depois da crise vencida. Isto é um perigo! Um perigo evidente se os trabalhadores não avançarem nas suas lutas.

Se a S. C. C. — Trabalhador A — Eu gostaria de voltar a isto, porque quando nós atacamos as nacionalizações temos que ver o outro lado da questão. Entre nacionalizar e não nacionalizar o que é melhor? O que é que pode ser melhor para os interesses dos trabalhadores? Parece-me que de facto o que pode pôr o capital em debandada é mesmo a nacionalização. Parece-me, portanto, que elas foram úteis. Mas isto é ver as nacionalizações como um meio e não como um fim. Isto é que é essencial: as nacionalizações podem ser úteis se os trabalhadores realmente resolverem avançar nas suas lutas em vez de serem embalados e ficarem adormecidos e deixarem que o poder se escape para as mãos de outros, o que até poderia levar a que a burguesia a pravo recuperasse as posições perdidas, depois dos trabalhadores terem pago as contas da crise económica em que nós estamos. Isto parece-me, de facto, fundamental. As nacionalizações podem ser recuperadas, o sistema económico pode ser reconstruído, fazendo com que os trabalhadores paguem a conta para as empresas nacionalizadas voltarem às mãos dos capitulistas depois da crise vencida. Isto é um perigo! Um perigo evidente se os trabalhadores não avançarem nas suas lutas.

Se o primeiro termo que está em questão, o trabalhador não deu um passo em frente. Se é o segundo que se está a realizar, isto é, se é a transformação da propriedade privada em propriedade comum, pertencente à comunidade de trabalhadores, demos um passo em frente.

UMA AMBIGUIDADE REAL

Agora também me parece que o contrário — ou seja, o não nacionalizar — ofereceria ainda um perigo mais grave. Se por exemplo a banca tivesse sido nacionalizada logo a seguir ao 25 de Abril de 74, nós teríamos corrido muitos riscos de carácter político, mas teríamos sem dúvida evitado que certos partidos claramente reaccionários beneficiassem de imensos apoios de crédito internos, de dinheiro que de facto pertencia aos trabalhadores portugueses e que teríamos também evitado fugas de capitais que se verificaram. É evidente que as nacionalizações de per si não nos permitiam chegar ao socialismo, e aqui é que nós temos que fazer a clivagem. Por outro lado, esse problema de para quem é que os trabalhadores estão a trabalhar neste momento, a ambiguidade tem que ser vista com muito cuidado, porque não há dúvida nenhuma que a produção tem que ser posta ao serviço dos trabalhadores e isto é um princípio básico.

Se neste momento a produção continua a descer, se nós continuarmos em Portugal a consumir francamente mais do que aquilo que produzimos, o que vai acontecer é que vamos cair mais ou menos rapidamente numa situação de fome. Estou convencido que uma situação de fome em Portugal, beneficiaria muito mais as forças da reacção que os trabalhadores, até porque a maior parte das massas trabalhadoras do País estão claramente despolitizadas. Têm uma certa esperança no 25 de Abril; acreditam que a situação pode melhorar em favor delas, mas não têm grande consciência política e facilmente podem ser enganadas se as condições objectivas de vida, de habitação, se sa-

de, de alimentação piorarem. Daí mais uma vez o cuidado que me parece que é preciso ter em relação a este problema da batalha da produção.

Acho que o problema bem posto é de facto o de discutir com os trabalhadores o aumento da produção e discutir o destino desse aumento a produção. Não podemos ir para uma atitude apenas negativa de crítica a tentativa para produzir mais. Porque se de facto o País não produz mais, o que vai acontecer é que os trabalhadores portugueses vão passar fome. Não vai ser a burguesia portuguesa que vai passar fome, são os trabalhadores.

TAP — Trabalhador A — Eu queria só dizer uma palavra em relação à evolução da apreciação deste ponto. É evidente, e frisando o que o camarada anterior acabou de dizer que o problema põe-se neste prisma: a nacionalização é ponto positivo para os trabalhadores, ou não é ponto positivo, conforme for melhor ou não para eles.

O que define a posição dos trabalhadores é aquilo que é, ou não é, melhor para eles. A nacionalização é o seu passo em frente para os trabalhadores no caminho da apropriação dos meios de produção. Se foi o inverso, então, a nacionalização é um passo negativo para os trabalhadores.

A minha posição pessoal é esta: a nacionalização, mesmo não considerada um ponto positivo na caminhada do trabalhador para a apropriação dos meios de produção, dá ao trabalhador uma possibilidade nova para o conseguir.

Volto a frisar que o retirar ao proprietário particular os meios de produção em si, não pode traduzir-se numa apropriação pelo Estado dos meios de produção ou pode traduzir-se na apropriação pelo trabalhador dos meios de produção.

PROPRIEDADE ESTATAL E PROPRIEDADE COMUM

Se o passo foi o primeiro compete ainda aos trabalhadores transformar essa apropriação estatal em propriedade comum. E não é pelo facto de se terem nacionalizado algumas empresas, ou alguns meios de produção, que se altera a ordem económica existente, e muito menos, se as nacionalizações forem traduzidas ou concretizadas com compensação ou com indemnização ao capital privado. Retirar ao capitalista alguns meios de produção deixando o capital monetário correspondente, isto não significa uma conquista; significa no fim de contas uma derrota muito grande, porque mantendo-se ele proprietário do mesmo volume de massa monetária, ele mantém em si condições para derrotar aquilo que se quis fazer, a caminhada para a socialização dos meios de produção.

TAP — Trabalhador C — Quanto a mim no caso TAP não houve um pedido de nacionalização por parte dos trabalhadores. O Estado limitou-se a nacionalizar a TAP sem prévia consulta

(Continua na pág. 6)

de, de alimentação piorarem. Daí mais uma vez o cuidado que me parece que é preciso ter em relação a este problema da batalha da produção.

Acho que o problema bem posto é de facto o de discutir com os trabalhadores o aumento da produção e discutir o destino desse aumento a produção. Não podemos ir para uma atitude apenas negativa de crítica a tentativa para produzir mais. Porque se de facto o País não produz mais, o que vai acontecer é que os trabalhadores portugueses vão passar fome. Não vai ser a burguesia portuguesa que vai passar fome, são os trabalhadores.

TAP — Trabalhador A — Eu queria só dizer uma palavra em relação à evolução da apreciação deste ponto. É evidente, e frisando o que o camarada anterior acabou de dizer que o problema põe-se neste prisma: a nacionalização é ponto positivo para os trabalhadores, ou não é ponto positivo, conforme for melhor ou não para eles.

O que define a posição dos trabalhadores é aquilo que é, ou não é, melhor para eles. A nacionalização é o seu passo em frente para os trabalhadores no caminho da apropriação dos meios de produção. Se foi o inverso, então, a nacionalização é um passo negativo para os trabalhadores.

A minha posição pessoal é esta: a nacionalização, mesmo não considerada um ponto positivo na caminhada do trabalhador para a apropriação dos meios de produção, dá ao trabalhador uma possibilidade nova para o conseguir.

Volto a frisar que o retirar ao proprietário particular os meios de produção em si, não pode traduzir-se numa apropriação pelo Estado dos meios de produção ou pode traduzir-se na apropriação pelo trabalhador dos meios de produção.

PROPRIEDADE ESTATAL E PROPRIEDADE COMUM

Se o passo foi o primeiro compete ainda aos trabalhadores transformar essa apropriação estatal em propriedade comum. E não é pelo facto de se terem nacionalizado algumas empresas, ou alguns meios de produção, que se altera a ordem económica existente, e muito menos, se as nacionalizações forem traduzidas ou concretizadas com compensação ou com indemnização ao capital privado. Retirar ao capitalista alguns meios de produção deixando o capital monetário correspondente, isto não significa uma conquista; significa no fim de contas uma derrota muito grande, porque mantendo-se ele proprietário do mesmo volume de massa monetária, ele mantém em si condições para derrotar aquilo que se quis fazer, a caminhada para a socialização dos meios de produção.

TAP — Trabalhador C — Quanto a mim no caso TAP não houve um pedido de nacionalização por parte dos trabalhadores. O Estado limitou-se a nacionalizar a TAP sem prévia consulta

(Continua na pág. 6)

EMPRESA FABRIL DE MALHAS/COIMBRA - ENTREVISTA

Continuação pág. 1

Trab. B — O apoio tem sido, vamos lá, mais moral do que um apoio revolucionário... Quanto ao... tanto o sindicato como a Inter sindical são órgãos de cúpula. O sindicato tem uma certa representatividade dos trabalhadores, embora com sindicalistas e como órgão revolucionário para resolver os problemas da classe não estão totalmente a par dum sindicalismo revolucionário, e ao menor contacto com as entidades superiores não têm argumentos para rebaterem. Parece-me que a Comissão de Trabalhadores desta empresa, apesar dos seus erros, apesar das suas insuficiências, está muito mais avançada revolucionariamente que o órgão sindical do distrito de Coimbra e talvez mesmo no centro do país. Simplesmente, em vez de serem 4 ou 5 na C. T. e já com uma posição avançada e revolucionária, haviam de ser todas, pois a politização das pessoas para um sindicalismo revolucionário faz-se na luta e efectivamente há cá operários "aproveitáveis", operários excepcionais, com uma perspectiva muito revolucionária, mas francamente estão desorganizados e sem centro de acção, que é o que o sindicato não aceitará as ideias revolucionárias da base. Querem, podem e mandam, e isto tem de acabar. Devemos tomar consciência e aprender a dizer não: vai-se avançar assim, é isto que nos interessa. Foi isto que sempre esperi dos sindicatos. Ajudam muito, não haja dúvida, mas é um ajuda que não é concreta, objectiva e revolucionária.

COMBATE — Como é que tem funcionado a Comissão de Trabalhadores, desde o princípio da luta?

Trab. C — A C. T. foi formada, desde o princípio, no sindicato, por secções. Cada membro pertencia a uma secção, de maneira que formámos aí a C. T. Eramos uns 10 ou 11 elementos, até há coisa de 15 dias, altura em que a Dona Maria Clara veio cá, e todos concordámos, como éramos já 32 operários, que isso não estava certo. Fizemos novamente uma votação secreta, e de 10 ficámos só 5, 4 mulheres e um homem. Ficámos, até ver, na C. T. Passados oito dias, a senhora disse que queria que a C. T. fizesse um Conselho de Gerência, porque ela não queria que ficasse sozinho, queria que as operárias a acompanhassem. Novamente houve votação entre os 5 da C. T., onde as operárias também votaram para que nós duas ficassemos no Conselho de Gerência, sendo também da opinião dessa C. T. que ficasse o empregado de escritório, mas não de gerência, uma vez que ele manobrava aqui a escrita.

Trab. B — Há uma coisa que eu gostava de aclarar. Chama-se-lhe um conselho de gerência, mas é melhor dizer que dentro da C. T. há pessoas que controlam as despesas, pois a gerência iria ser feita dentro de uma perspectiva socialista, onde não haja distribuição de lucros. Portanto, a C. T. destacou 2 pessoas para controlar isso. Além disso, também há o delegado sindical que tem direito às reuniões, como observador; intervir, mas não tem direito a voto. Já foi feito um plenário, nesta altura, com pontos objectivos, e tomaram-se decisões que agora estão a ser postas em prática, como por exemplo: para já, temos 6 postos de trabalho que estão à disposição. Já estamos a entrar em contacto com pessoas para ocuparem esses postos, que é precisamente para se tentar dar o arranque da fábrica dentro do estudo que se fez. Estiveram aí pessoas da CETEL a fazer o estudo da viabilidade económica da empresa, através de estimativas, e chegaram à conclusão de que a empresa é rentável. Mas é rentável em si, isto é, sem contar com o mercado — se o mercado estiver saturado, não sabemos a quem é que vamos vender. Se não estiver, há viabilidade da fábrica vir, num futuro próximo, a transformar-se numa unidade útil aos trabalhadores. Simplesmente, há todas estas coisas, há o delegado sindical, há o outro delegado, há o delegado de dormis, há máquinas, um de costura e outro de "cometes", um vendedor e um guarda. O guarda é o mais prioritário, que é para libertar todos os operários dos piquetes noturnos. Até já temos aí algum trabalho para fazer, mas, como estamos a fazer piquetes noturnos, o pessoal precisa de dormis. De momento os piquetes já a dobar para a trabalhar, costura e, paralelamente a isso, era preciso reparar a claideira (temos umas peças no Norte para reparar) e, depois, a tinturaria, que é muito necessária. Temos aí matéria-prima que já está em peça e precisa agora de ir ao tinto para ficar com cor sólida. Não é uma cor como no tempo da outra senhora, que desbotava — queremos apresentar no mercado material que seja vendável e de que o cliente goste.

COMBATE — Voltando à questão da organização da luta: qual é o mandato da Comissão de Trabalhadores eleita há tempos?

Trab. B — A C. T. pode ser dissolvida em qualquer altura; não foi nomeada por tempo indeterminado nem a longo prazo.

COMBATE — Voltando à questão da organização da luta: qual é o mandato da Comissão de Trabalhadores eleita há tempos?

Trab. B — A C. T. pode ser dissolvida em qualquer altura; não foi nomeada por tempo indeterminado nem a longo prazo.

COMBATE — Voltando à questão da organização da luta: qual é o mandato da Comissão de Trabalhadores eleita há tempos?

Trab. B — A C. T. pode ser dissolvida em qualquer altura; não foi nomeada por tempo indeterminado nem a longo prazo.

COMBATE — Voltando à questão da organização da luta: qual é o mandato da Comissão de Trabalhadores eleita há tempos?

COMBATE — Já contactaram com as cooperativas de consumo?

Trab. B — Já temos conhecimento disso, mas ainda não contactámos. Já se lançou uma coisa no mercado cheia de defeitos, como o patão queria que fizéssemos, nessa altura não se pode vender. O que queremos é que o tintureiro tinha como deve ser, para que as coisas saiam capazes, de forma a que o cliente volte a comprar.

Trab. B — A Dona Clara já falou disso: que se chegamos à conclusão de que temos de ir para a colectivização, pois vai-se para a cooperativa de produção. Mas, para já, ainda não está determinado, porque o estudo fez-se para um ano, entrando-se com possibilidade de produção e colocação no mercado e respectivas despesas, e efectivamente há um equilíbrio. Mas para o arranque da fábrica é necessário haver, pelo menos, um financiamento da ordem dos 1800 contos. Até Dezembro de 75, criaram-se com esses 1800 contos cerca de 42 postos de trabalho aqui.

COMBATE — Nota-se uma certa diferença entre a atitude dos trabalhadores e do patrão, no que se refere ao mercado: enquanto o vosso patrão se preocupava unicamente com o lucro, vocês não pensam nem no lucro nem nos preços dos produtos, mas sim na qualidade.

AS RELAÇÕES CORDIAIS E AMISTOSAS DO CAPITAL E DO TRABALHO



Trab. B — Temos falado muito nisto. Preocupamo-nos de facto com a qualidade. E vamos também preocupar-nos com os preços, a ver se fabricamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro dum preço relativamente barato, que nos deixe o suficiente para os nossos ordenados, para as matérias-primas e para a reconversão das máquinas, pois já temos máquinas bastante velhas, e no futuro temos que comprar uma ou duas máquinas modernas. Mas isso com o tempo se verá. Como estamos dentro

NACIONALIZAÇÕES OU ESTATIZAÇÕES?

(Continuação da pág. 4)

deses mesmos trabalhadores. Para mim a nacionalização é, como já disse o meu camarada, uma forma de entregar os meios de produção aos próprios trabalhadores, para servir esses mesmos trabalhadores, assim como todo o povo português que possa depender dessa indústria, onde esses trabalhadores trabalham. Com a nacionalização da banca, até agora não vi, que essa nacionalização pudesse de forma alguma auxiliar mais os trabalhadores do País. Houve certamente uma passagem do poder da burguesia para, até certo ponto, os trabalhadores dos bancos, mas o público em geral não veio a tirar daí grandes proveitos.

No caso TAP a coisa é diferente. Dentro da batalha da produção não pode haver realmente aumento de produção; não pode porque a companhia não fabrica — é uma empresa transportadora, que tem a sua parte burocrática, a sua parte técnica e essencialmente repara aviões e mantém os aviões operacionais. Poderá haver, sim, se o Estado quiser, uma reestruturação da empresa, que possa servir mais e melhor os trabalhadores, tanto os da empresa como os que a empresa vai servir. Tem-se verificado que após a nacionalização da TAP, e apesar do ministro dos Transportes ter garantido que essa nacionalização não ia de forma alguma entrar a luta dos trabalhadores e muito menos o que estava já aprovado no ACT tem-se vindo a verificar precisamente o contrário.

Após a nacionalização da TAP a comissão de inquérito do Governo foi dissolvida, não conseguindo desde a data em que foi eleita até à sua dissolução fazer qualquer saneamento. Todo o povo português sabe que uma companhia como a TAP, da ordem dos 9000 empregados, tem dentro do seu selo muitos agentes da PIDE/DGS, da Legião Portuguesa, da ANP, etc. Pois não se conseguiu fazer qualquer saneamento.

TAP — Trabalhadora B — Depois desta diferença de opiniões... é evidente que as nacionalizações estão enquadradas numa questão política mais geral e é a análise dessa situação é controversa. Mas, parece-me que não é bem o objectivo da mesa-redonda que é, se eu interpretei bem, quais os efeitos das nacionalizações ao nível dos trabalhadores das empresas atingidas por essas nacionalizações.

NACIONALIZAÇÕES E PODER POLÍTICO

De qualquer maneira parece-me que para analisar o efeito dessas nacionalizações há que definir o que significam pelo menos para algumas camadas de trabalhadores das empresas.

Para mim a conquista dos meios de produção só é real depois da conquista do poder político. As nacionalizações, como forma de desviar a atenção dos trabalhadores do seu objectivo, a tomada do poder, pois não há dúvida nenhuma que foi um dos objectivos que a burguesia pretendeu atingir; portanto, desmobilizar os trabalhadores das suas reivindicações, do seu avanço político e tentar também salvar a economia que a burguesia muito dificilmente está a conseguir. É evidente que a burguesia tomando uma posição destas, nacionalizar vários sectores da economia, abre também aos trabalhadores o aproveitamento dessas mesmas nacionalizações. As nacionalizações deverão, portanto, quanto a mim, ser aproveitadas pelos trabalhadores, para se exercitarem no controlo das empresas, para ganharem uma certa experiência no exercício do poder, constituindo os seus órgãos de vontade dentro das fábricas que mais tarde poderão avançar definitivamente até à tomada do poder. A questão que realmente se coloca aos trabalhadores de analisarem a actual situação em que se encontra a burguesia, é de facto controversa; no entanto, de uma forma muito sintética, eu vou tentar dar a minha opinião. Quanto a mim, o 25 de Abril acontece já exactamente numa tentativa que a burguesia tem de salvar uma economia cada vez mais degradada; e até ao momento essas divergências ainda não foram resolvidas entre as várias facções da burguesia em luta pelo poder. E é aí que todo o processo português tem evoluído e chegamos à fase actual das nacionalizações: ora,

portanto, ainda não se deu nenhum passo, ainda não há nenhum sintoma em parte alguma e isso é a tal diferença de opiniões aqui marcada de que os trabalhadores teriam dado algum passo na direcção da tomada do poder. Efectivamente, os trabalhadores têm dado passos e bastantes grandes no sentido de se organizarem com vistas à conquista do poder. Mas a burguesia continua a dominar totalmente o poder político; só há grandes divergências quanto à acção que ficará a dominar a economia. Se de facto a economia evoluir para o capitalismo de Estado — e já se deram alguns passos nesse sentido — as nacionalizações são uma tentativa desse tipo, o que não quer dizer que se venha a concretizar. Cabe aos trabalhadores numa situação em que a burguesia ainda não se afirmou totalmente, avançar, impedindo de facto que o capitalismo de uma forma ou de outra se consiga reconstituir.

A EXPERIÊNCIA DOS FACTOS

S. C. C. — Trabalhador A — Para dar uma acheza nesse problema parece-me que pode ser visto assim: os resultados obtidos pelos trabalhadores, quando tomam essa atitude, podem ser positivos em relação ao futuro da empresa como unidade que assegura emprego a uma série de trabalhadores, ou podem ser negativos. Se a prazo forem positivos, é muito natural — sobretudo se houver um desenvolvimento progressivo da consciência política desses mesmos trabalhadores — que isso seja uma experiência útil para que as pessoas se apercebam que não precisam dos capitalistas para nada e que os trabalhadores podem muito bem tomar conta da situação; se os resultados forem negativos e os resultados negativos, até podem ter muito bem que ver com a política de créditos e portanto com a acção da banca — podem acontecer duas coisas: pode acontecer que os trabalhadores percebam claramente porque é que os resultados foram negativos e portanto aumente a sua consciência de classe e a sua exigência de que a economia seja posta ao serviço dos trabalhadores; mas pode ser também que, exactamente por a consciência de classe não se ter desenvolvido, os trabalhadores sejam levados a pensar que o seu falhanço significa apenas que é essencial o patrão, porque «o patrão é que sabe disto» e isso seria extremamente perigoso. Na situação em que está a banca neste momento, em que uma série de comissões administrativas não podem oferecer a mínima confiança de que de facto estão ao serviço dos trabalhadores portugueses, dá-me ideia que essas experiências podem ser tremendamente perigosas, porque se podem saldar por graves malogros.

BANCARIOS — TRABALHADORA B — Eu quero contestar quando o COMBATE diz que os bancários pediram a nacionalização com vista ao trabalho para não perderem o seu emprego; realmente não foi por isso com certeza porque se se fizesse uma efectiva reconversão da banca correcta para uma sociedade socialista mais de 60% dos bancários teriam de deixar de ser bancários. Também não saberei explicar lá muito bem o que é que terá passado pela cabeça dos bancários quando antes do 11 de Março pediram a nacionalização da banca; para mim, foram perfeitamente manipulados, naquela altura havia a palavra de ordem dentro dos sindicatos de se pedirem as nacionalizações e as direcções dos sindicatos iam para as assembleias com essas palavras de ordem portanto era necessária pedir a nacionalização e os bancários dizem a tudo que sim. Neste momento será um bocadinho diferente por causa das eleições, mas antes do 11 de Março os bancários diziam que sim senhor, a direcção é que tinha razão, portanto a direcção avança com a palavra de ordem de nacionalizações da banca e os bancários dizem todos que sim. Hoje já se começou a falar na reconversão da banca e muitos têm consciência para a banca, numa sociedade socialista não serão necessários 30 000 a 40 000 bancários; será muito reduzido e esses bancários terão mesmo que ir fazer outra coisa qualquer se calhar terão que ir cavar batatas que é bem bom.

DIREITO AO TRABALHO E SALARIADO

COMBATE — NO Norte há umas empresas dos sectores dos têxteis e confecções com controlo directo dos trabalhadores da produção. Empresas, desde uma empresa pequena de fabricação de máquinas para os têxteis que está a dar apoio técnico à produção, as empresas de exportação que estão todas em íntima ligação umas com as outras neste momento. Qual é o problema em que elas estão? Têm problemas internos graves, porque apareceram uma série de contradições ao nível por exemplo das comissões de trabalhadores que foram eleitas que se limitaram a substituir as suas funções pelas do patrão e em vez de haver um patrão, passaram a haver 7 ou 8 patrões. O primeiro objectivo dessas comissões foi aumentar radicalmente a produção, sem se preocuparem em saber se tinham marcado para escorar.

Toda esta prática de deitar comissões abaixo, de começarem a discutir em comum de aparecerem problemas de crédito e de mercado, que os obriga a lançarem campanhas de compra junto de comissões de trabalhadores doutras empresas, que lhes permitam a compra directa dos produtos, a sua ligação com cooperativas de consumo para troca directa de produtos entrando a moeda já na fase seguinte à troca entre eles, estes processos antes de serem atacados ideologicamente, devem ser compreendidos na sua prática e fazer reacção nelas tudo o que têm de muito crítico mas fundamentalmente o que têm de louvável, como prática concreta para o comunismo.

É evidente que a razão porque arrancaram é simplesmente o direito ao trabalho. Não tinham como objectivo o acabar com o salariado, a tomada do poder, mas ao longo



deste processo têm efectivamente ganho consciência política, porque a consciência política não se ganha através de programas de dinamização, militarização de partidos, ganha-se através da prática dos trabalhadores.

S. C. C. Trabalhador — Quería esclarecer que não estava a atacar esse tipo de iniciativas, até porque acho que as iniciativas dos trabalhadores devem ser apoiadas. Estava a procurar chamar a atenção para alguns perigos que eles correm se de facto não houver uma tomada de consciência política de qual é a raiz dos problemas que eles vão enfrentar.

COMBATE — Há um ponto concreto que foi levantado pelo camarada do B.A. que como disse, uma das formas de controlo das comissões de trabalhadores do B.A. sobre a sua comissão administrativa, tem sido precisamente, ao nível de dar ou não crédito a um certo número de empresas, sendo esse crédito pedido directamente pelas comissões de trabalhadores dessas empresas.

BANCARIOS TRABALHADORA B, — Sobre isso, penso que é um processo que está a ser generalizado a todos os bancos. Lá no banco foram nomeados vários trabalhadores para entrarem em contacto com as PME (pequenas e médias empresas). Essa comissão está a ir à província, entrar em contacto com as PME, muitas das quais estão ocupadas pelos trabalhadores, contactam com eles e o crédito é concedido. Depois levanta-se outro problema que é: eles produzem e como é que conseguem colocar esse produto no mercado? — Há imediatamente um certo boicote a aceitar-se o produto que vem das empresas ocupadas. Ontem verificamos que numa empresa em Beja, onde fazem fatos-macaco levantou-se o problema de quem lhe vai comprar os fatos-macaco. Conseguiram já contactar com a Lisnave e parece que os trabalhadores estão dispostos a comprar os fatos-macacos. Inclusive, nós, trabalhadores do B.A.: oferecemo-nos até se necessário for, eles trazem para cá os fatos e nós põmo-los à venda. Claro que não será uma venda muito grande aqui em Lisboa. Mas de qualquer forma há uma certa colaboração entre as comissões de trabalhadores para ajudar essas empresas que estão

ocupadas a pôr-lhes o produto no mercado.

AS RELAÇÕES MERCANTIS

COMBATE — Só queria realçar um ponto que é importante: a venda do produto. Nós, por exemplo, estamos metidos num processo de apoio a essas empresas que estão sob controlo directo no Norte. Pôs-se o problema da venda dos produtos (camisolas). O problema que se levantou directamente às pessoas que têm comprado e que tem sido o comentário generalizado — e não são de maneira nenhuma pessoas politizadas — foi o do lucro excessivo que o intermediário ganha. Marcarem-se as camisolas a 2 preços: o preço a que é vendida ali na loja (247550) e o preço a que neste momento se lhes põe nas mãos, que varia entre 60 a 100 escudos.

S. C. C. TRABALHADORA A — Em relação à intervenção da nossa camarada, queria realçar um ponto que é extraordinariamente importante para que as nacionalizações possam ser aproveitadas ou não. É a troca de experiência entre as diversas comissões de trabalhadores das empresas e até acordos para acções comuns que envolvem muitas vezes, a solidariedade dos trabalhadores. É possível às vezes descobrir como nesse caso, outros circuitos de nacionalização, que permitam beneficiar todos os trabalhadores portugueses: os tais que estão na fábrica que está em dificuldades e querem resolver o seu problema, e os outros trabalhadores que estão a comprar a preços especulativos. Também em relação à tomada do poder pelos trabalhadores, comissões de trabalhadores nas empresas, não se podem sentir como ilhas num imenso mar. Há necessidade de dar as mãos, de conhecer as experiências das outras empresas, os seus problemas, e



procurar soluções-las.

Ainda na semana passada, tivemos um caso extremamente curioso: uma unidade motora na nossa fábrica que falhou. Contactada a única empresa que podia tratar da reparação dessa unidade em Portugal, foi-nos respondido através dos serviços técnicos que isso levaria mais de um mês a reparar. Esse motor afectava 40% da nossa capacidade de produção — facto extremamente grave como vocês podem ver. Contactada a comissão de trabalhadores de tal empresa de motores, pela nossa comissão o problema foi resolvido numa semana.

Volta-se a pôr aqui o tal problema: ao serviço de quem é que vai estar depois, a produção? De facto esse é um problema. Agora, algumas coisas os trabalhadores podem fazer em comum, quer a procurar assegurar a produção, se virem que o devem fazer, quer mesmo a trocarem experiências e a procurarem resolver entre si os seus próprios problemas.

BANCARIOS TRABALHADORA A — Parece-me que neste ponto da discussão se levanta o problema da gestão. Como é que ela deve ser feita: quem a deve fazer e se se poderá ter um modelo único, a nível de todas as situações em que se encontram hoje as empresas, quer de produção, quer de serviços?

Se tivermos em conta que existem empresas de serviços nacionalizadas, empresas de produção nacionalizadas e empresas de produção não-nacionalizadas, e ainda que no desenvolver deste processo se tenderá — e será do interesse da classe trabalhadora — para a criação de melhores condições para um avanço na socialização — ter-se-á de aceitar que devido à diversidade de condições e ainda pela dimensão variável de cada uma das empresas, os trabalhadores tenham intervenções diferentes.

O CONTROLO É POSITIVO

Assim, parece-me perfeitamente legítimo que algumas pequenas empresas de produção, os trabalhadores tivessem como medida última, avançado para o controlo directo

dessas mesmas empresas, na perspectiva de não perderem o emprego. Não me parece que se deva atacar este tipo de iniciativa só pelo facto de se poder vir a interpretar como uma posição de autogestão, portanto uma posição isolada numa sociedade que continua a ser capitalista. É evidente que uma situação destas tem por outro lado perigos. Neste caso a interligação que estas unidades de produção vão ter com a banca, pela necessidade de colocar os produtos que fabricam e de terem apoio para continuar a fabricar, determinam um papel muito importante a desenvolver pelas comissões de trabalhadores nos bancos, que consiste em apoiar a produção destas pequenas unidades e em não criarem condições que possam vir a incentivar a ideia de que o problema dos trabalhadores na situação em causa está resolvido deste modo. Será necessário que os trabalhadores destas pequenas unidades de produção se apercebam que só transitoriamente poderão encontrar-se nessa situação.

As comissões administrativas que existem actualmente na banca estão por um período transitório, estando por definir como futuramente irá ser feita a gestão das empresas bancárias. Parece não oferecer discussão que nem os bancos deverão ser geridos pelos trabalhadores desse sector, nem qualquer outra empresa de serviços deverá ser gerida pelos trabalhadores do próprio sector. É necessário encontrar formas organizativas que venham a permitir que o controlo de gestão seja feito efectivamente pela classe operária. Aqui e como já há pouco ficou frizado, não estando criadas condições para isso, será necessário encontrar formas intermédias e que tendam para que se consiga esse controlo por parte da classe operária. Os trabalhadores dos bancos, numa próxima definição da gestão dessas empresas, terão na sua luta dentro do sector, de tentar que se clarifique qual a intervenção a ter na gestão. (Parece-me a mim que o Estado não poderá desde já ficar afastado da intervenção na gestão, pois não estão criadas condições para tanto); e ainda que se avance decididamente na criação de formas que permitam um controlo de gestão por parte da classe operária. E como poderia isso acontecer? Temos de aproveitar todas estas experiências de interligação entre as comissões de trabalhadores, quer a nível dos sectores de produção, quer a nível dos sectores de serviços e ir criando condições para que os trabalhadores através desta interligação, que naturalmente têm necessidade de manter, venham a criar órgãos de coordenação entre si que permitam fruturamente poderem aparecer nos sectores de serviços — por exemplo na banca — conselhos fiscais de trabalhadores, que teriam a seu cargo o controlo efectivo de como estava a ser feita a gestão, mantendo-se numa primeira fase, em que continuaremos num modo de produção essencialmente capitalista, a participação estatal e ainda as formas intermédias de controlo por parte dos trabalhadores da banca.

Por outro lado temos de ter em atenção o que se terá de passar a nível das empresas de produção directa. A nível destas empresas há que aproveitar também a experiência dos trabalhadores que terão de se aperceber dos seus mecanismos de funcionamento, terão de ganhar uma consciência de como a gestão é feita, de modo a terem o mínimo de preparação quando houver necessidade de avançarem para o controlo total da empresa, estarem em condições de o fazer. Parece-me que será ao desenvolver essa capacidade de organização que se estará a contribuir decisivamente para que haja um avanço quanto à tomada do poder político, face à sua subordinação perante o poder económico,

Continua pág. 2



TAP: PARA A HISTÓRIA DA LUTA

1. ALGUNS MOTIVOS DA LUTA

Complementando notícias já divulgadas por vários órgãos de Informação, os trabalhadores da TAP pretendem por este comunicado dar uma informação mais precisa ao país, cumprindo o determinado na moção aprovada no Plenário de 24/6/75.

A justa luta dos trabalhadores dos TAP, representada por 23 Sindicatos, arrastou-se há 15 meses, e visa aumentos salariais para os trabalhadores vencendo desde o mínimo de 505000 até 1250000 e a aplicação ao trabalhador em regime de turnos ou sujeitos à Intempérie dos respectivos subsídios, no valor único de 94500, que são inferiores aos praticados noutras empresas do país.

2. AS MANOBRAS DO GOVERNO

Resultando de um Plenário de trabalhadores da TAP, exigia-se inicialmente à Administração 194 mil contos para tabelas salariais. Nessa altura, a ex-Administração afirmou ter proposto uma verba de 145 mil contos, a qual foi recusada pelo Governo que contrapôs uma de 60 mil contos, apenas para tabelas salariais.

Perante esta contra-proposta governamental, apresentados aos trabalhadores em Plenário, decidiram estes, não abdicar dos seus justos direitos, apresentando aos ministros, um estudo de má gestão de Companhia que representava uma poupança de 250 mil contos.

Os trabalhadores, devido ao arrastar da luta, e numa plataforma para sair do impasse, apresentaram uma nova proposta de 109 mil contos para tabelas salariais.

O ministro dos Transportes e Comunicações, Veiga de Oliveira, contactou a Comissão Sindical para que esta elaborasse uma proposta de aumentos salariais, cujo montante total oscilasse entre os 93 mil e os 96 mil contos, quantia que o Governo estava disposto a conceder para as tabelas salariais. Se tal acontecesse o Ministro Veiga de Oliveira e o próprio ministro do Trabalho estavam dispostos a comparecer no Plenário de trabalhadores em que a tal proposta da Comissão Sindical viesse a ser aprovada e ali mesmo fazer a homologação do A. C. T.

Não concordando os trabalhadores com a manobra governamental, estes, reunidos em Plenário, repudiaram essa posição. Verificando que a desmobilização aumentada dia a dia, quer efectuada por partidos políticos, quer pela retirada de apoio à luta da maioria das Direcções Sindicais, resolveram aceitar, por imposição governamental, o quantitativo

de 95 mil contos, exclusivamente para tabelas salariais.

Por duas vezes foi exigido pelo Ministro à Comissão Sindical a alteração da moção aprovada em Plenário, referente aos 95 mil contos, por a considerar injuriosa, nos seus termos. Caso não fosse satisfeita esta exigência, a tabela salarial não seria levada a Conselho de Ministros para acordo final. Conseguiu por fim a Comissão Sindical arranjar uma moção aceite pelo Ministério.

Nessa altura foi comunicado à Comissão Sindical que, a partir desse momento, as negociações do A. C. T. se fariam com a Comissão Administrativa da TAP, que teria plenos poderes para negociar.

Quando se julgava o assunto resolvido, foi levantado o problema pelo acesor da C. A., sr. Eng. Morton, que os 95 mil contos não só eram tabelas salariais, como também para subsídios de turno e intempérie. A Comissão Sindical não aceitou esta interpretação e exigiu que a Comissão Administrativa se esclarecesse junto do Governo, já que para aquela Comissão não havia dúvidas. Perante a surpresa da Comissão Sindical o Ministro deu uma interpretação totalmente inesperada, que a verba se destinava a aumentos de despesas globais.

Perante esta atitude, a C. S. dirigiu-se ao Ministério dos Transportes e Comunicações para ser recebida pelo sr. ministro. Foi informada pelo Chefe de Gabinete, dr. Silveira Ramos, que o ministro não se encontrava. Perante insistência da C. S. em falar com o ministro, foi-lhe respondido pelo Chefe de Gabinete ter a C. A. TAP plenos poderes para resolver o A. C. T.

Assim, a C. S. deslocou-se à C. A., a qual transmitiu a conversa tida com o Chefe de Gabinete. A C. A. respondeu que quem resolveria o problema era o Ministro dos Transportes, não tendo eles poderes para resolver o assunto.

Voltou a C. S. a insistir para ser recebida pelo ministro dos Transportes e Comunicações, o qual informou que só a receberia se fosse para tratar de assuntos extra-A. C. T.

Perante isto, a C. S. convocou um Plenário em 6/6/75, onde foi aprovada uma moção que determinava que na primeira reunião entre a C. S. e C. A. houvesse, uma concretização de trabalhadores de apoio à C. S., e que ambas as partes não abandonariam as instalações até à finalização do A. C. T. Assim, encontram-se reunidas estas Comissões, desde o dia 24, às 15.00 horas, aguardando a solução deste problema.

Apresentamos a tabela actualmente em vigor, sobre a qual incidem os aumentos para cerca de 5100 trabalhadores. Os aumentos são calculados de acordo com esta fórmula:

$$\frac{12\ 500\ 000 - VB}{4} - 100\ 000$$

ANOS	C	D	E/F	G/H	I/J	L
1	7060	6650	6550	5800	5300	5050
2	7350	6900	6750	6000	5500	5150
3	7550	7100	7000	6200	5700	5250
4	7850	7300	7300	6550	6000	5400
5	8250	7700	7700	6950	6300	5600
6	8750	8200	8100	7450	6700	5900
7	9150	8600	8500	7850	7000	6100
8	9550	9000	9000	8250	7300	6300
9	10050	9500	9500	8750	7700	6600
10	10450	9900	9900	9150	8000	6800
11	10850	10300	10300	9550	8300	7000
12	11250	10700	10700	9950	8600	7200

L — Abontador, Encadernador, Auxiliar de Mecânico, Carregador, Motoristas, Telefonistas, Continuos, Bagageiros, Serventes.
 C — Despachantes
 D — Operador Mecanográfico, Inspector (2.ª e 1.ª)
 E — Electricistas de Avião, Mecânico de Avião, Mecânico de Telecomunicações, Rádio-Montadores.
 F — Assistentes de Terra, Enfermeiro, Operador, Mecanógrafo (3.ª).
 G/H — Caixa, Empregado de Escritório, Tradutor, Conferentes, Desenhadores, Frezadores, Litógrafo, Impressor, Mecânico de Equipamento de Terra, Soldador, Serralheiro, Tipógrafos, Torneiros, Electricistas A. T.
 I/J — Carpinteiros, Estofador, Operário de Construção Civil, Pintor, Electricista B. T., Auxiliares de Enfermagem.

Os Trabalhadores da T. A. P.

SÓ POR ABSOLUTA FALTA DE ESPAÇO NÃO PUBLI-CAMOS AS CONTAS DETALHADAS DO "COMBATE" NESTE Nº. FA-LO-EMOS NO PRÓXIMO, POR SER INDISPENSÁVEL PARA A COMPREENSAO DA N/SITUAÇÃO ECONÓMICA.

CRONOLOGIA

MAIO 74

Após o 25 de Abril, os trabalhadores da TAP expulsaram a Administração fascista, aceitando ser geridos por uma Comissão Administrativa composta por 7 membros, 3 representando os trabalhadores e 4 nomeados pela Junta de Salvação Nacional. Foi porta-voz da Junta neste dúbio esquema de cooptação o general Galvão de Melo. Os membros da Comissão Administrativa "impuseram-se" níveis salariais superiores a 50 contos e cortaram todo o dialogo com os trabalhadores, o que veio mostrar não ser possível a prática de cooptação ou autogestão em sociedade capitalista. O mesmo foi mostrado pelo boicote desenvolvido durante o período de gestão, desta comissão pela Banca estatal e privada perante o sorriso sarcástico e ironico do sr. general Galvão de Melo, que tudo prometia e nada resolvia e talvez tudo ajudava a boicotar.

AGOSTO 74

As negociações de ACT, iniciadas em Março anterior, paralisaram-se ao mesmo tempo que a Comissão Administrativa se demitia por inoperância.

A ineficácia da Comissão Sindical na condução do processo ACT e verificação dos antagonismos da classe entre as várias camadas profissionais levam os operários da Manutenção a elaborar o conhecido caderno reivindicativo de cujo conteúdo se destacam como aspirações mais progressistas o encurtamento do leque salarial e o saneamento com base em engajamento com o anterior regime, em incapacidade profissional e em boicote provado às lutas operárias.

AGOSTO, SETEMBRO 74

A não satisfação do caderno reivindicativo, a incapacidade do Ministério do Trabalho em entabular dialogo com os trabalhadores e a cega traição das direcções sindicais pedidas pela Intersindical conduzem à bem conhecida repressão militar que nem nos métodos diferiu da verificada em Julho de 73.

Formas da repressão militar:

- mobilização de todos os trabalhadores
- ocupação militar com todo o provocador aparato bélico
- coacção permanente com armas apontadas aos trabalhadores
- prisão de trabalhadores e afastamento compulsivo dos locais de trabalho
- suspensão e despedimento de cerca de 200 trabalhadores.

A repressão militar juntou-se para a explicar como normal e justificada a opinião pública:

- a passividade e cumplicidade activa das Direcções sindicais
- as mentiras propagadas por certos órgãos do Governo (Sanches Osório, Ferreira Lima e o, felizmente já não levado a sério por ninguém, Eugénio Rosa)
- as calúnias conduzidas pela imprensa neste processo e já nesta altura monoticamente subserviente ao poder político
- a insidia disseminada por partidos políticos, que tentam fazer-se crer ao lado dos trabalhadores.

JANEIRO 75

Os trabalhadores suspensos são reintegrados em 2 de Janeiro. Em 14 de Dezembro os trabalhadores haviam deliberado em plenário fazer regressar os seus camaradas suspensos em 6 de Janeiro, se até então o seu re-entendimento não houvesse sido feito.

MARÇO 75

O impasse nas negociações leva de novo à agudização da luta:

— fixação da data de 10/3/75 para termo do ACT

— em caso negativo, paralisação em 11/3/75, das 10 às 12 h. e em 12/3/75, das 9 às 13; paralisação total em 13/3/75.

Os acontecimentos de 11 de Março fizeram alterar para 21/4/75, o início da paralisação.

Aparecem de novo as calúnias, ora claras, ora insidiosamente dissimuladas, de ligação da luta dos trabalhadores da TAP às manobras reaccionárias, como havia acontecido em 28 de Setembro. Comanda, de certo modo, esta orquestrada campanha de calúnias, a Intersindical Nacional, que arrasta consigo as obedientes Direcções sindicais.

ABRIL 75

A TAP é nacionalizada. Efeitos:

— O Governo faz saber que tal obriga à revisão de algumas cláusulas do ACT já aprovadas (férias e horários?), embora frise que a "nacionalização não vai travar de forma alguma a luta dos trabalhadores nem a concretização do ACT e tabelas salariais".

— o Governo convida, na Comissão Sindical, os trabalhadores a apresentarem nomes para uma Comissão Administrativa, no mais curto espaço de tempo. Os trabalhadores ignoram o convite, e são informados de que não sendo dado seguimento seriam as Direcções sindicais a apresentar os nomes...

Ainda em Abril, o Ministério dos Transportes e Comunicações promete estar presente num plenário de trabalhadores da TAP, mas à última hora consegue outros alazeres inadiáveis — para a mesma hora...

JUNHO 75

Nova forma de luta: decide-se que a Comissão Sindical e a Comissão Administrativa se mantenham em reunião permanente até à conclusão do ACT, ficando todos os trabalhadores durante esse período no interior das instalações da empresa.

Esta forma de luta prolonga-se até 4/7/75, data em que se decide a greve progressiva em moção que noutra local transcreevemos.

JUNHO 75 — DIA 11, SEXTA-FEIRA

Terminam as paralisações progressivas e é votada favoravelmente a última proposta oficial, saída do Conselho da Revolução, pondo-se deste modo termo, pelo menos é o que foi dito, ao longo processo de contratação que fora iniciado 15 meses antes.

Para além da análise, perspectivada no campo da luta operária, que todo este processo há-de provocar, particularmente a sua última fase, e o modo como acabou (?), convém frisar para que conste, desde já, o seguinte:

— ao contrário do que toda a imprensa burguesa faz crer à opinião pública, os trabalhadores da TAP não resol-

veram finalmente aceitar a inalterada proposta governamental de 95000 contos, "mostrando assim compreenderem a situação que actualmente se vive no país, e concluindo, por fim, serem irrealistas as suas reivindicações salariais". A verdade é diferente, mas essa não a mostra, porque a escamoteia, esta imprensa — sempre subserviente ao poder político (não é num ano que se modificam hábitos).

É esta a verdade: o Governo deu um passo atrás, tático e inteligente, como veremos: em vez dos 95000 contos para tudo, e sem mais, acrescidos da "promessa" de que algumas cláusulas já abordadas haveriam de ser renegociadas (!), pois tinha-se ido longe de mais no caminho de criar maiores distorções. O Governo promete agora:

- 95000 contos só para tabelas salariais;
- os subsídios para turnos e para intempérie, acrescem àquele valor, mas os seus montantes mantêm-se nos valores percentuais actualmente em vigor (é escamotear o socialismo traduzido na prática, como neste caso, em que se uniformizaria o valor destes subsídios, deixando de estar o seu nível dependente do nível salarial...)
- garantir a aprovação de todo o clausulado, conforme foi negociado.

É pois evidente que o Governo recuou, mas isto não convém dizer-se na imprensa de grande impacto.

O passo dado pelo Governo foi tático e inteligente: teve como arma imediata de êxito o dividir os trabalhadores em dois campos: de um lado os que por interesse salarial se viam prejudicados pela proposta (os trabalhadores que beneficiam de subsídio de turno e/ou de intempérie, não integrado no vencimento), e do outro dois grupos: os que estão fora dos aumentos salariais (os trabalhadores que auferem mais de 12000 escudos, isto é, em termos gerais, os quadros e os técnicos), interessados em se aliviarem da crise, que são incapazes de entender, e os que — a maioria — não beneficiando dos subsídios em causa, isto é, não trabalhando em condições de trabalho gravosas, viram o seu bolo garantido, ou melhor: aumentado.

A tudo isto veio acrescentar-se a seguinte particularidade: a deliberação foi tomada em tempo de trabalho intenso (havia-se saído dum período de paralisação) nas áreas em que são aplicáveis aqueles subsídios, não sendo permitido à maioria dos trabalhadores directamente interessados estarem presentes no plenário.

As calúnias, mentiras, acção psicológica e militar, sucedeu a "melhor" arma: a da divisão.

Não há dúvida, e aqui mais uma vez se mostrou, o leque de classes na TAP — está longe de ser insignificante: há as variadas e com interesses antagónicos. Há as que se enleudam ao poder e ao patrão irmanados, e há as que, esclarecidas e lutadoras, entendem que o caminho da alteração das relações de produção passa pela luta activa. Aquelas creem que se deve esperar que o patrão conceda os benefícios quando e como achar por bem, enquanto as últimas estão conscientes que só no terreno da luta se conseguem melhorar as condições das classes trabalhadoras, as quais poderiam esperar uma eternidade se aguardassem que os exploradores osercessem, por vontade, deixar de o ser...

Um trabalhador da TAP

CAMARADAS COLABORA

NA NOSSA CAMPANHA DE ASSINATURAS

QUERIA ASSINAR O COMBATE DESDE O N.º _____

1 ano (26 números) — 90500; 6 meses (13 números) — 45500; apoio (anual) — 120500 mínimo.

Europa (1 ano — 168500); USA (1 ano 210500) (por avião). Angola (1 ano — 207500).

QUERIA VENDER O COMBATE

Junto envio \$ _____

(Todos os cheques e vales devem ser enviados em nome da directora)

COMBATE
AVENIDA SANTOS DUMONT, 48, R/C-D
LISBOA - 4



PRESOS POLÍTICOS E DE DIREITO COMUM QUAIS AS DIFERENÇAS? UM EXEMPLO DA MAURITÂNIA

Primeiramente, à guisa de apresentação, precisemos que a Mauritânia, duas vezes maior que a França e quase 50 vezes menos populosa, estende-se entre o Sahara sob dominação espanhola (ao norte), a Argélia e o Mali (a nordeste) e o Senegal (ao sul).

Há mais de cinco anos já que a Mauritânia sofre de uma seca, desastrosa em si, e cujas consequências são consideravelmente agravadas pela política deliberada de equipa no poder. Por exemplo, enquanto que a perfuração de novos poços e a manutenção dos antigos é uma coisa absolutamente VITAL para a população, o governo, em 1960, suprimiu as cinco brigadas de conservação dos poços, por pretensa falta de créditos, ao mesmo tempo que consagra 600 milhões de antigos francos... para a iluminação do bairro residencial de Nonackchott, na capital; igualmente, não se encontra qualquer medicamento no mercado, enquanto que se consagra à polícia e ao exército um orçamento três vezes superior ao da saúde (problema no entanto crucial em período de seca), o que dá:

- 1 agente armado por 300 habitantes;
- 1 médico por 50 000 habitantes.

Poder-se-iam multiplicar os exemplos: enquanto que a um punhado de privilegiados, europeus e mauritanos, não falta nada, a seca é uma questão de vida ou de morte para a grande maioria do povo mauritano, que se vê sem defesa perante uma calamidade que já dizimou 70% do gado e arrasou uma grande miséria; o número de mendigos aumentou de uma maneira considerável, os camponeses deixam os campos em massa para se virem amontoar nos bairros de lata e nas barracas à volta dos centros urbanos. Em Zonerate, cidade mineira, os bairros de lata estendem-se em torno da cidade luxuosa dos europeus, com piscinas e relva. Os trabalhadores de Miferma (1) fazem jornadas que atingem por vezes 12 horas a 45 graus de calor à sombra... mas como a mina é de céu aberto, é ao sol que eles trabalham. Calcula-se em dois anos a vida activa do operário em Zonerate, depois dos quais é, o mais frequentemente, despedido sem indemnização por causa da silicose ou de tuberculose. Quanto aos salários, são apenas suficientes para mal alimentar, e mal vestir... e pagar os impostos.

Qual é a atitude do povo mauritano em relação a este regime que o explora e o oprime, como se defende daqueles que só procuram mantê-lo nesta miséria e que disso se aproveitam?

Alguns mauritanos reagem de uma maneira individual, imediata e espontânea face a esta situação intolerável de extrema pobreza: roubar para sobreviver. É em particular a atitude de numerosos jovens dos bairros de lata e dos bairros pobres que, a maior parte das vezes, não conseguem arranjar trabalho. Mas admitindo mesmo que um jovem ladrão consegue sair-se da miséria graças ao roubo, a miséria de todos os outros, de todo o povo, não fica atenuada. É por isso que, cada vez mais, se desenvolve uma outra forma de luta, colectiva, organizada e, pois, mais eficaz, que visa resolver não só o problema de um único, ou de alguns, mas de todos os oprimidos, de todo o povo.

Em Medertra, por exemplo, a 22 de Março de 1972, durante um período de grande calor estragou-se a torneira pública, as pessoas têm sede. Que fazem as autoridades? Envia-se os land-rovers de serviço buscar água e leite para... o governador civil e as personalidades do PPM (2).

Em fúria, a quase totalidade dos habitantes reúne-se e invade as instalações do governo civil. O governador, desairado, mandou arranjar a torneira. «Quando nos calamos, as autoridades não se preocupam connosco, mas quando nos levantamos para exigir, elas são obrigadas a satisfazer-

nos», dizem agora os habitantes de Medertra.

Como aqui em França, aqueles que, de uma maneira ou de outra, atacam os privilégios dos possidentes, são presos: aqueles que lutam sozinhos (viu-se por exemplo um mauritano condenado a um ano de prisão por ter roubado... três apêlhos), os de «direito comum», como os que estão envolvidos num combate colectivo, os «políticos» (contavam-se mais de 100 presos «políticos» só na capital - cerca de 150 000 habitantes - em Fevereiro/Março 73, altura em que os espartanamentos e a tortura se tornaram sistemáticos).

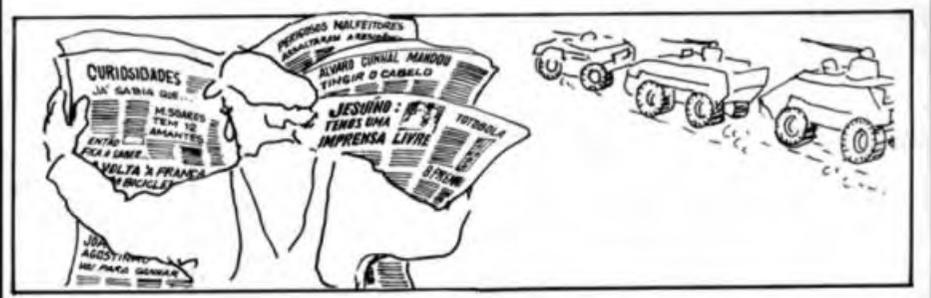
Qual é a situação nas prisões?

As condições de vida são muito duras. Os detidos sofrem de escorbuto (os dentes caem-lhes, as gengivas incham), de avitaminose (a vista diminui-lhes e são atingidos de paralisia) e a mortalidade é muito elevada. Eles estão completamente submetidos ao arbítrio dos guardas: a brutalidade e os castigos corporais são habituais. Mas, aqui ainda, as condições dos prisioneiros não são as mesmas para todos.

Existe, primeiro, uma diferença entre os «políticos» e os de «direito comum»; estes últimos têm condições de vida relativamente menos duras que os «políticos», no que diz respeito nomeadamente à possibilidade de receber visitas, de correio e de qualquer espécie de produtos. Os de «direito comum» beneficiam de tudo isto, mas unicamente na medida dos seus meios e, como para a quase totalidade deles, é a miséria que os conduz lá...

A diferença existe, pois, muito mais entre as diferentes condições sociais que entre os diferentes tipos de detidos: por exemplo, se é um feudal que é preso, devido a uma zanganeia entre feudais, no prisão ele não será obrigado a trabalhar; se, pelo contrário, é um escravo que é preso, devido a uma zanganeia entre escravos, será obrigado a trabalhar (trabalho forçado, não remunerado) pela administração, para funcionários ou quadros, ou mesmo para outros detidos afortunados que recebem dinheiro e produtos do exterior e os trocam por certos trabalhos. Os detidos mais pobres vendem-se por qualquer coisa; vendem tudo, mesmo uma denúncia, para melhorar um pouco as suas condições de sobrevivência. Terrivelmente explorados e miseráveis, são também terrivelmente conservadores, betam-se e roubam-se uns aos outros. Se eles se unissem todos, tornavam-se ao mesmo tempo suficientemente fortes para obrigar a administração a reconhecer-lhes alguns direitos elementares: alimentação e cuidados médicos decentes, fim das brutalidades e dos castigos, etc. A sua solidariedade assinalaria o fim das arbitrariedades e do todo-poderio da administração, cujos interesses estão, como é evidente, na utilização e na manutenção das suas divisões. É por isso que, de resto, a administração cuida de os isolar cuidadosamente dos presos «políticos».

Estes, com efeito, se sofrem de maiores restrições e de uma vida relativamente mais dura, constituem um grupo muito unido, uma força coerente e determinada, capaz de se opor de uma maneira eficaz às condições prisionais que lhes tentam impor. Renovando regularmente a equipa encarregada da vigilância dos presos «políticos», a administração mostra que tem medo de deixar muito tempo os guardas em contacto com eles. Porquê? Ela sabe que os guardas, nascidos também nas camadas populares e impressionados com o comportamento dos «políticos», a sua solidariedade, a sua determinação, compreendem pouco a pouco as razões do seu combate contra uma sociedade que organiza a miséria do povo para maior proveito de um punhado de privilegiados; poderão, pois, vir a ajudar os prisioneiros, a tomar partido por eles, e talvez mesmo a juntarem-se às suas fileiras.



RECEBEMOS DE UM NOSSO CAMARADA DE FRANÇA A BANDA DESENHADA AQUI PUBLICADA. DADA A ENORME FALTA DE ARTISTAS QUE TÃO DRAMATICAMENTE SE VERIFICA A NÍVEL DO «COMBATE», É COM MUITA SIMPATIA E APELO QUE ESPERAMOS POR MAIS TRABALHOS DO RAÚL.

Se a administração teme esta viragem dos guardas, teme-a muito mais ainda dos detidos de «direito comum» que, com a vida miserável que conhecem, tanto na prisão como fora dela, são ainda mais susceptíveis de aderir à luta política... É isto tanto mais que os «políticos» nunca pediram tratamento diferente e nunca reivindicaram condições privilegiadas na prisão, e quando conduziram uma luta para obterem esta ou aquela coisa é por todos os presos que se batem e não por esta ou aquela categoria particular (3).

A administração (e o poder) teme acima de tudo uma coligação entre os presos de «direito comum» e os «políticos», e sua principal preocupação é impedir que uma tal fraternização se produza... Ela realiza-se no entanto, por vezes, apesar de numerosos obstáculos, e se, a maior parte das vezes, esta aliança falha (ou, simplesmente não se faz devido ao isolamento total dos «políticos») ela não é menos desejada e activamente procurada por eles.

(1) Sociedade das Minas de Ferro de Mauritânia, de cujo capital 55% pertenciam aos franceses (o Estado, Dassault, Rotschild) antes da nacionalização, em Setembro último.

(2) PPM: Partido do Povo Mauritano. Partido único (a oposição trava uma luta clandestina no seio do Movimento Nacional Democrático e do P. K. M., o partido dos trabalhadores).

(3) Se isto se passa na Mauritânia, é óptimo. Mas estamos longe de poder dizer o mesmo em França, onde se viu ainda recentemente os GARI (Grupos de Acção Revolucionária Internacionalista) - cujas concepções políticas nos são aliás

muito próximas - lutar para obter na prisão um estatuto que os distinga da grande massa dos presos tratados abusivamente de «direito comum».

Extrai do CAP - Jornal dos Presos, n.º 26, Maio 75, Paris.

